

PECULIARIDADES

DAS

COOPERATIVAS

Pe. José Odelso Schneider sj

1. INTRODUÇÃO

Uma cooperativa é uma associação de pessoas, sem fins lucrativos, com natureza jurídica própria, integrante do Sistema Cooperativo Nacional, integrado por 13 ramos ou tipos de cooperativas, todas destinadas a propiciar uma série de serviços a seus associados.

Basicamente o sistema cooperativo resulta da associação estabelecida entre determinado grupo estruturado de pessoas. Visa-se com esta união a prestação de serviços comuns ou o desenvolvimento de uma atividade, sempre focada na realização de serviços aos seus associados. O cooperativismo é um modo de associação bem interessante, porque favorece a organização do trabalho, além de proporcionar uma série de vantagens.

Perante a entidade cooperativa máxima do país, que é a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, há o reconhecimento oficial de 13 ramos ou tipos de cooperativas, todas unidas em torno de certas peculiaridades fundamentais, todas se empenhando em prol do bem-estar e da dignidade de seus associados. Por exemplo, se considerarmos uma cooperativa habitacional, ela se empenha para que as pessoas associadas possam adquirir um imóvel por um preço acessível e uma qualidade especial investida na casa onde irão morar. Por ser uma cooperativa que responde diretamente a seus associados, as construções cooperativadas chegam a custar até metade do preço do que costuma ser praticado pelo mercado imobiliário.

Vantagens semelhantes, ou até mais, ocorrem também em outros ramos do cooperativismo. Passemos a ver a seguir quais algumas das vantagens que as cooperativas em geral oferecem (<https://www.oseudinheirovalemais.com.br/5motivos-para-associar-se-a-uma-cooperativa/21.01.19>).

1. Desenvolvimento da comunidade local

Uma das principais vantagens consiste no desenvolvimento da região de instalação da cooperativa. Seguramente, o sétimo princípio que apela ao interesse pela comunidade, muito contribui para este processo. Pois, como todo associado é dono e igualmente usuário de sua cooperativa, quando ele auferir algum benefício da cooperativa, ele tende a investir, a reaplicar o que ganhou, na própria comunidade onde reside, onde convive com sua família, e não como integrantes de uma empresa capitalista, que frequentemente investem em outras regiões e até países (Chicago , Nova York, Paris, Barcelona, etc.).

Isso significa que as cooperativas vão além de um modelo de negócio profundamente organizado. As pessoas envolvidas têm a oportunidade de contribuir, significativamente, para o fomento de intervenções sustentáveis. Essas ações se refletem tanto no meio ambiente, quanto na sociedade local.

2. Aumento da competitividade no mercado

Em muitos casos, a única solução para não abandonar de vez um negócio ou atividade, é somar-se aos possíveis concorrentes, mas tendo claramente definidos os objetivos e seus limites. Quando a associação é conduzida de forma prevista e organizada como é o caso da cooperativa, as chances de sucesso são consideráveis. Juntos, os cooperados podem adquirir insumos a preços mais atrativos e, aumentar a produção ou a prestação de serviços. E tudo isso sem perder a qualidade. Logo, o modelo

de cooperativa estabelece um grande ganho de competitividade no mercado.

3. A cooperativa contribui para a preservação do patrimônio seu e dos associados

Por outro lado, toda a cooperativa tende a fortalecer e a qualificar a propriedade, o patrimônio do associado. Isso vale especialmente no caso das cooperativas de produção rural familiar, quando as cooperativas oferecem subsídios, para defender, qualificar, diversificar cada vez mais o patrimônio do associado que é sua propriedade rural.

Cooperar significa unir forças para alcançar propósitos maiores. Essa é uma ideia central do cooperativismo. O modelo baseia-se no esforço e no benefício comum, podendo ser considerado como uma alternativa mais democrática, humanitária e sustentável. Pois, cooperando, certamente é possível ganhar mais força, mais escala e mais apoio para a realização de objetivos comuns entre os cooperados.

4. Na cooperativa você é um dos donos do negócio

Na cooperativa você não é apenas um cliente, mas é um dos donos. Você participa de todas as decisões, da política operacional à precificação. A gestão é democrática e transparente. Qualquer pessoa interessada em utilizar seus serviços, pode ingressar numa cooperativa, desde que o faça de forma livre e espontânea e esteja disposta a aceitar as responsabilidades da sociedade. Como junto com os demais associados, você fomenta o RODÍZIO e a NÃO PERPETUIDADE dos dirigentes.

Como associado, o cooperado pode participar de sua gestão, sugerindo, opinando, denunciando falhas, propondo soluções e defendendo suas ideias, na medida em que se inserem nos interesses do coletivo.



5. Todos os associados têm o mesmo poder de voto

As cooperativas são conduzidas democraticamente por todos os seus associados. Todos os associados têm igual direito de voto na cooperativa (um sócio, um voto). Portanto, o poder de decisão não está vinculado a posses nem a ações. É igualitário entre todos. Todos podem acompanhar as políticas e a evolução da entidade, participando de todas as decisões. Cabe, pois aos membros da Diretoria de oferecer as condições e as motivações para a plena participação de todos nas decisões.



6. Taxas menores, vantagens maiores

Enquanto o capitalismo se empenha pelo lucro individual, o cooperativismo busca vantagens comuns para todo o grupo. Mencionemos alguns exemplos:

a) Em uma cooperativa de crédito, os associados têm acesso a taxas bem menores - quando comparados com os bancos comuns, - e ainda podem receber sobras anuais. As taxas de juros são reduzidas e os rendimentos normalmente são superiores aos do mercado. b) Em uma cooperativa de produção, a vantagem é o ganho de escala, que propicia melhores negociações.

c) Em uma cooperativa de consumo, a vantagem vem em forma de descontos na compra de produtos de boa qualidade para todos. d) Em uma

cooperativa de trabalho, a vantagem pode ser, a conquista de um espaço de co-working para todos os cooperados. Etc.

7. O associado recebe uma parte dos resultados

Como uma cooperativa não busca lucros, quando há sobras, elas são repartidas entre todos os associados, conforme a participação de cada um nas atividades da instituição. Em uma cooperativa financeira, por exemplo, mesmo com taxas menores e com produtos e serviços baratos, quando a instituição arrecada mais do que precisou para cobrir seus custos, ao final do ano, as sobras não reinvestidas são distribuídas a todos os associados, na proporção e intensidade da participação do associado na cooperativa.

8. A comunidade também sai ganhando

Conforme o sétimo princípio das cooperativas, expresso pelo “interesse pela comunidade”, as cooperativas têm um compromisso com o desenvolvimento. De acordo com o princípio do Interesse pela Comunidade (um dos 7 princípios do cooperativismo), as cooperativas têm um compromisso com o desenvolvimento de sua região; devem respeitar as peculiaridades sociais e a vocação econômica do local, desenvolvendo soluções de negócios e apoiando ações humanitárias e socioambientalmente sustentáveis, voltadas ao desenvolvimento da comunidade onde estão instaladas. As cooperativas de crédito, por exemplo, retêm os recursos financeiros na sua área de atuação (cidade, comunidade). Assim, favorecem a democratização do crédito e a desconcentração de renda, promovendo uma verdadeira irrigação da economia local e beneficiando a comunidade.

9. As cooperativas fomentam o protagonismo

O associado torna-se pessoa relevante na sua comunidade. Segundo o dicionário da língua portuguesa, o protagonista é o principal personagem de uma peça dramática. É a pessoa que, enquanto figurante desempenha o primeiro lugar num acontecimento ou em algum setor ou área. O protagonismo refere-se também à pessoa que é ciosa da sua autonomia, liberdade e independência. Caracteriza-se também em ser pessoa dinâmica, criativa, inovadora e responsável pelos interesses comunitários. As cooperativas pela sua estrutura e dinâmica interna, requerem um associado livre, autônomo, inovador, criativo e com forte senso do coletivo. É nas cooperativas que o associado, independentemente de sua condição social, assume o tempo todo o empreendedorismo. É nas e pelas cooperativas que pessoas de condições sociais inferiores, tem acesso à condução competente e coletiva de uma empresa. É um empreendedorismo que permite às pessoas consideradas inferiores por preconceitos raciais e condição social, de gerirem sua própria empresa e de forma coletiva. Tal empreendedorismo distribui equitativamente o que produz, e por isso apresenta um impacto positivo numa comunidade. Supera o tradicional empreendedorismo patronal que exclui, que concentra e acumula em benefício de poucos.

10. Os resultados do cooperativismo são difusivos

As ações do cooperativismo e das cooperativas têm um efeito difusor e multiplicador na comunidade. As cooperativas e associados tendem a difundir um efeito irradiador sobre a região e comunidade e sobre as pessoas e famílias que residem na área de influência de uma cooperativa. Ao contrário, os resultados da empresa capitalista têm geralmente um

efeito concentrador e acumulador de benefícios e de recursos. Ocorre isto, embora existam tentativas de legitimar um capitalismo ético pós-moderno que apostaria em equilibrar um discurso de responsabilidade social e ecológica... O sistema cooperativo é uma ótima solução de organização, que beneficia não apenas os associados, mas a própria comunidade e região onde as cooperativas estão inseridas.

11. O desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável compreende progresso, crescimento econômico e avanços científicos de forma a preservar o meio ambiente. Desta forma, vários procedimentos podem ser tomados por pessoas, governos e empresas para não prejudicar a fauna, a flora e os recursos naturais disponíveis em nosso planeta. Somente assim garantiremos um desenvolvimento, que é de extrema relevância para a sociedade, porém, garantindo as condições ambientais favoráveis para as futuras gerações (http://www.suapesquisa.com/ecologiasaude/exemplos_desenvolvimento_sustentavel.htm, 15.05.17).

São exemplos de desenvolvimento sustentável:

- A reciclagem, visando o reaproveitamento do lixo reciclável e que ajuda a não poluir o meio ambiente e ademais, gera renda para empresas e trabalhadores.
- O reuso da água por indústrias o que evita o lançamento da água contaminada e poluída na natureza.
- O reflorestamento em áreas de derrubadas, recuperando a vegetação, através do reflorestamento.
- O uso de fontes de energia renováveis e limpas, geradas pelo sol e pelas forças dos ventos.

- Nas cidades, que haja um Plano Diretor para planejar o crescimento urbano de forma sustentável. A garantia da criação de áreas verdes, de espaços culturais, com ciclovias e sistemas de transporte público eficientes.
- Descarte de equipamentos eletrônicos, baterias, pilhas em locais apropriados, dando um destino correto a estes materiais.
- Preservação de mananciais, combatendo a ocupação ilegal destas áreas.
- Extração de recursos minerais, sem provocar impactos ambientais, tais como a extração do petróleo em alto mar, a ser feita com extremo cuidado, para não provocar acidentes ambientais.
- Extração de recursos naturais de florestas sem prejudicar a fauna e a flora da região, como já se faz hoje com a castanha do PARÁ.
- Pesca controlada, principalmente de espécies marinhas que correm o risco de extinção.
- Desenvolvimento e uso de novas tecnologias que possam reduzir a poluição emitida pelos veículos automotores. Por exemplo o carro elétrico e o híbrido que funciona com energia elétrica e combustível fóssil...

12. Sustentabilidade, movimentos sociais e cooperativismo

Geralmente, é o movimento social, que mantém aceso o debate político ideológico num país. É ele que coloca em pauta o debate do projeto político da nação. O movimento social exerce um papel civilizatório, ou seja, a força que impele, impulsiona e provoca rupturas junto aos setores que se concentram e se negam a distribuir riquezas e que estão

disponíveis para discutir os desafios da sustentabilidade e o processo de geração e distribuição de riqueza. As forças conservadoras tenderiam a “criminalizar os movimentos sociais”, o que seria um atentado à democracia.

A América Latina foi um continente exposto a séculos de colonização, a ditaduras e a uma intensa desigualdade social. O fenômeno dos ainda 38,5% de pobres numa população de 535 milhões de pessoas e um 14,7% de indigentes acompanhado de um forte crescimento na onda migratória, são indicadores perversos da deterioração social.

O informe que sintetiza os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, da ONU, apresenta um conjunto integrado de seis elementos essenciais: a dignidade, as pessoas, a prosperidade, nosso planeta, a justiça e a associação. Por que as NAÇÕES UNIDAS priorizam os empreendimentos associativos entre os seis? Como elementos essenciais de um desenvolvimento sustentável, poderia dizer-se que na área destes empreendimentos situam-se de forma expressiva, experiências e organizações da economia cooperativa e solidária. Elas tendem a ser um sistema, uma empresa e uma organização que se estrutura não em busca do lucro, mas do excedente, que se destina não à apropriação individual, mas à apropriação coletiva, mediante decisão democrática e transparente em Assembléia Geral.

A [Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento](#) - CMMAD da [Organização das Nações Unidas](#), coordenada em 1987 pela Primeira Ministra Gro Harlem Brundtland da Noruega, e denominado “Our Common Future”, teve uma contribuição relevante. Esta Comissão definiu que desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade de que as gerações futuras satisfaçam as suas próprias necessidades. Desta iniciativa surge, portanto o conceito hoje tão difundido de “desenvolvimento

sustentável” (<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/538310-os-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-seguem-intatos>, 10.12.14.).

Este conceito difundido a partir de 1987, como o relatório da ONU sobre meio ambiente e sustentabilidade, foi definitivamente incorporado como um princípio durante a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento.

O desenvolvimento sustentável busca o equilíbrio entre proteção ambiental e o desenvolvimento econômico e o direito e bem-estar das gerações futuras. Mais de 170 países se comprometeram, por ocasião da Conferência. A seguir, a Declaração Política de 2002 da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em JOANNESBURGO, na África do Sul, no contexto do Rio + 10, reafirma o Desenvolvimento Sustentável como construído sobre três pilares interdependentes e mutuamente sustentadores como Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Social e Proteção Ambiental.

Portanto, a sustentabilidade não está ligada somente ao meio ambiente, mas também, ao meio social e econômico, quais três pilares que visam melhorar a qualidade de vida, mas necessitam de uma relação equilibrada, uma vez que dependem um do outro.

O pilar social refere-se ao capital humano, já que para a produção de bens de consumo, são necessárias pessoas, que são funcionários, clientes, fornecedores e comunidade em geral, que se relacionam com produtos e serviços. Por isso é relevante que se ofereça um ambiente de trabalho agradável, que preze a saúde e o bem-estar do trabalhador. De forma ampla, requer-se melhorias em todos os campos, visando oferecer mais qualidade de vida, de igualdade a toda a população. No que tange à empresa, na perspectiva da sustentabilidade, ela inclui, além de seus funcionários, seu público alvo, seus fornecedores, a comunidade e seu entorno e a sociedade em geral. Deve proporcionar-se um ambiente que

estímulo a criação de relações de trabalho legítimas e saudáveis, além de fomentar o desenvolvimento pessoal e coletivo dos direta ou indiretamente envolvidos.

O pilar econômico vai além da relação financeira. As empresas, enquanto peças fundamentais, neste pilar abordam as causas e efeitos de decisões de negócios, também no âmbito social e ambiental. Cabe movimentar a economia de maneira saudável, garantindo o fluxo econômico e gerando empregos, como formas de assegurar a sustentabilidade. O desenvolvimento econômico não deve ocorrer num contexto de desequilíbrio nos ecossistemas ao redor. Se uma empresa lucra, explorando as más condições de trabalho dos funcionários, ou degradando o meio ambiente ao seu redor, ela não está promovendo um desenvolvimento econômico sustentável, já que não há harmonia entre as relações estabelecidas.

O pilar ambiental é o capital natural, do qual são extraídas as matérias primas para a sobrevivência. É a base da sustentabilidade, uma vez que todas as atividades devem ser feitas de forma a reduzir ou até impedir qualquer impacto ambiental. Práticas de reciclagem, de reflorestamento, de utilização de energia renovável, a reutilização da água, o planejamento urbano, entre outras...O desenvolvimento ambientalmente correto refere-se a todas as condutas que possuam, direta ou indiretamente, algum impacto no meio ambiente. De pouco adianta a empresa promover o plantio de árvores, após a emissão de gases poluidores. Uma coisa não compensa a outra.

Para que a sustentabilidade funcione, é fundamental que seus três pilares estejam alinhados, equilibrados, em prol da preservação da biodiversidade, diminuindo impactos ambientais. A sustentabilidade precisa de planejamento, acompanhamento e avaliação de resultados. Ela requer um caminho a ser trilhado diariamente, com respeito mútuo e consciência de que todas as empresas, comunidades, pessoas e demais seres são parte

integrante de um único sistema. É preciso que cada parte considere o todo. (http://www.suapesquisa.com/ecologiasaude/exemplos_desenvolvimento_sustentavel.htm, 15.05.17).

Portanto, o desenvolvimento sustentável significa progresso, crescimento econômico e avanços científicos, de forma a preservar o meio ambiente. De maneira que vários procedimentos podem ser tomados por pessoas, governos e empresas para não prejudicar a fauna, a flora e os recursos naturais disponíveis no Planeta Terra. Somente assim podemos garantir um desenvolvimento, que se reveste de extrema relevância para a sociedade, porém, garantindo as condições ambientais favoráveis para as futuras gerações.

Estes paradigmas reconhecem a complexidade e o inter-relacionamento de questões críticas como pobreza, desperdício, degradação ambiental, decadência urbana, crescimento populacional, igualdade de gêneros, saúde, conflito e violência aos direitos humanos. Em continuidade ao tema suscitado nesta Conferência o PII Projeto e Implementação Internacional, apresentou-se quatro elementos principais do Desenvolvimento Sustentável - Sociedade, Ambiente, Economia e Cultura.

De tempos em tempos, surgem novos paradigmas no mundo corporativo, que acabam alterando significativamente a maneira como as empresas se posicionam perante seus públicos e a sociedade em geral e seus consumidores. Por isso, surgiu no mundo empresarial o desafio da sustentabilidade. Desde então, observa-se um esforço incansável das organizações, através de anúncios, de logomarcas, de propagandas e embalagens, ter sempre bem presente a sustentabilidade.

Afinal, com conceber a sustentabilidade? Atualmente, este conceito está construído dentro dos três pilares, acima referidos. Para desenvolver-se de forma sustentável, uma empresa deve atuar de forma que estes pilares coexistam e interajam entre si de forma plenamente harmoniosa.

As cooperativas e as empresas da economia solidária são ainda uma débil e bem modesta expressão de uma nova e diferente forma de organização econômica e social, com uma trajetória de apenas uns 200 anos, desde as primeiras cooperativas de consumo aparecidas na Europa, com os operários das docas de Chatan e Woolwich já no Século XVIII. Apenas umas três ou quatro décadas depois, surgem as cooperativas de consumo do Modelo William King, lançadas em Brighton em 1827, e a seguir, as iniciativas dos Pioneiros de Rochdale em 1844 na Inglaterra. De cada membro destas iniciativas se exige sua plena, participativa e responsável inserção nas atividades que assegurem, de forma coletiva, a sua sobrevivência e a dos familiares e da comunidade em geral. Combatem, pois o absenteísmo, a inexistência de vínculos afetivos e efetivos nestas empresas então inovadoras, que lhes asseguram a sobrevivência, o bem-estar e a dignidade.



13. Como e por que surgiram as cooperativas?

Cabe ainda uma questão fundamental, como e por que surgiram as cooperativas? É relevante que se reafirme, que elas foram criadas por representantes da classe operária nos inícios da Revolução Industrial capitalista. Na época a classe trabalhadora foi a grande vítima da QUESTÃO SOCIAL, provocada pelo capitalismo de então, submetida à ganância incontrolável de industriais da época, que os mantinham entre 12 a 14 horas contínuas de trabalho diário, com salários de fome, em condições muito precárias de saúde e de segurança laboral, sem legislação trabalhista e previdenciária. O operariado de então, em vez de uma reação vingativa e hostil contra a classe empresarial, passa a assumir uma reação criativa e inovadora, gerando empresas que estarão sob o direto controle e a competência deles. Antes, gerir, explorar e controlar empresas, eram patrimônio exclusivo dos empresários. Agora também o operariado terá

suas empresas, não em caráter individual, mas coletivo, com dezenas ou centenas de co-empresários, gerindo suas empresas cooperativas. Criaram-se cooperativas, seja de consumo, de produção, ou de outros ramos, solidárias, autônomas, geridas democraticamente, na base de “uma pessoa, um voto”.

Assim, o desenvolvimento é um caminho trilhado diariamente, com respeito mútuo e a consciência de que todas as empresas, comunidades, pessoas e demais seres são partes integrantes de um único ecossistema. Para que haja equilíbrio, é preciso que cada parte leve em consideração o todo.

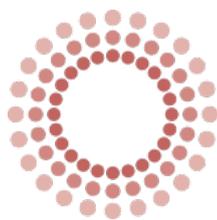
Neste processo todo, são especialmente os movimentos sociais que podem manter aceso o debate ecológico e político no país. É neste sentido e nessa perspectiva que pode dizer-se que os movimentos sociais desempenham um papel civilizatório. Ou seja, a força que impele, impulsiona e provoca rupturas junto aos setores que concentram e se negam a distribuir riquezas, são demandas que surgem dos movimentos sociais.

Essa iniciativa do proletariado, era inusitada no cenário econômico, social e político europeu, tanto no processo produtivo, quanto na distribuição dos excedentes gerados. Os socialistas utópicos, precursores do cooperativismo, como Robert Owen, William King, ou vários precursores franceses como Saint-Simon, Pierre Proudhon, Charles Fourier, Louis Blanc e Philippe Buchez, propõem a expansão do modelo, para que a classe operária, através de cooperativas, pudesse controlar progressivamente empreendimentos econômicos na indústria, na construção civil, na produção agropecuária e no amplo setor de serviços.

De forma contrastante, na atualidade os países ricos representam 1/5 da população mundial e detêm 80% da riqueza global. Há, portanto, formas diferentes de enfrentar a crise ecológica, entre ricos e pobres. Pois, ao indagar a respeito da propriedade dos novos avanços tecnológicos, informa-se que cerca de dois terços (2/3), dos investimentos em tecnologia

encontram-se em poder das grandes corporações transnacionais. E somente 500 grandes corporações transnacionais controlam a metade da produção mundial em grande medida voltadas ao atendimento do padrão consumo conspícuo dos ricos é imitado por muitos não ricos. Desta forma, a chamada economia verde está a serviço da ocultação da manutenção do quadro geral de dominação imposto pelos países ricos...

Como já referimos acima, entre os 17 objetivos do Desenvolvimento Sustentável, o então Secretário Geral das Nações Unidas Ban Ki Moon, apresentava um conjunto integrado de Seis Elementos Essenciais: a dignidade, as pessoas, a prosperidade, o nosso planeta, a justiça e a associação. Por que as Nações Unidas priorizam os empreendimentos associativos entre os seis? Considerando o Desenvolvimento Sustentável pode dizer-se que na área destes empreendimentos situam-se como expressiva presença as muitas e variadas experiências e organizações da economia cooperativa e solidária. No caso dos empreendimentos cooperativos, eles tendem a ser um sistema, uma empresa, uma organização que se estrutura não em busca do lucro, mas do excedente, onde o primeiro fomenta a apropriação individual, o segundo a apropriação coletiva, mediante decisão democrática e transparente de uma Assembléia Geral.



O L M A

Observatório Nacional
de Justiça Socioambiental
Luciano Mendes de Almeida



JESUÍTAS BRASIL